

Resposta à Comissão Europeia sobre o PNAER

Procedimentos de autorização (P4.2.1)

- Está prevista, na página 21 do PNAER, uma medida relativa à criação de um ponto de contacto único para os processos de licenciamento, denominada: “Reforçar o posicionamento da DGEG como interlocutor nos processos de licenciamento, através da implementação de um balcão único, coordenando as interações entre os vários intervenientes envolvidos”. A calendarização também se encontra definida (2010/2011), o que significa que a medida deve estar concluída até ao final de 2011.

Os regimes de micro e miniprodução já têm actualmente um processo simplificado de licenciamento. Apesar disso, o regime de microprodução (até 5,75 kW) foi revisto recentemente através do Decreto-lei n.º 118-A/2010, de 15 de Outubro, simplificando ainda mais os procedimentos e tornando o processo de registo ainda mais transparente para os produtores (sistema FIFO). A miniprodução (até 250 kW) foi também recentemente aprovada, através do Decreto-Lei 34/2011, de 8 de Março, terá igualmente um processo de licenciamento simplificado, à semelhança da microprodução.

Edifícios (P4.2.3)

- O quadro 12 é assumidamente conservador em relação ao impacto das bombas de calor dado que a Comissão Europeia ainda não se pronunciou sobre o método de cálculo da fracção de energia renovável associada à utilização destes equipamentos, aspecto que é determinante nos impactos a considerar. De acordo com a Directiva 2009/28/CE, a Comissão deverá decidir até ao final de 2011, qual o significado do considerando 31 e do artigo 5.º: “Só as bombas de calor cuja produção exceda significativamente a energia primária necessária para as fazer funcionar deverão ser tidas em conta”. Nomeadamente, a Comissão deverá emitir “directrizes sobre a forma como os Estados-Membros devem estimar os valores de *Qusable* e de SPF para as diferentes tecnologias e aplicações de bombas de calor, tendo em conta as diferenças de condições climáticas, especialmente no caso de climas muito frios”.

Nesta área dos edifícios está contabilizado, essencialmente, o impacto das pequenas caldeiras a biomassa. Admite-se que possa haver alguma substituição de caldeiras a biomassa por bombas de calor quanto à contribuição para o aquecimento dos edifícios, mas não foi contabilizado neste exercício. Estes dados, os relativos a 2015, já constavam do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE). Os valores para 2020 são uma estimativa para o novo PNAEE 2020.

- Não existem dados estatísticos que permitam preencher o quadro 7, relativo à estimativa da quota de energias renováveis no sector dos edifícios. Foi realizado, em 2010, um inquérito ao consumo de energia no sector doméstico que vai permitir obter informação para esse sector. A informação estatística ainda está a ser trabalhada, pelo que ainda não é possível apresentar dados.

Desenvolvimento da rede (P4.2.6)

- P4.2.6.f) – A Direcção Geral de Energia e Geologia acompanha a execução dos planos de desenvolvimento das redes através da aprovação das infra-estruturas que estão previstas nesses planos.

Trata-se de uma aprovação técnica dos projectos e de uma verificação administrativa do processo. Nesta fase, é verificada a compatibilização do projecto com todos os instrumentos de planeamento com os quais os projectos possam interferir.

- P 4.2.6 i) – Os custos de desenvolvimento das redes de transporte e de distribuição, para poderem integrar as potências previstas no âmbito da política energética nacional para a produção em regime ordinário e em regime especial correspondem aos investimentos previstos nos Planos de Desenvolvimento e Investimento das Redes de Transporte e Distribuição, os quais são elaborados tendo em vista dar resposta aos objectivos de política energética.

As ligações específicas que são necessárias para ligar os centros produtores à rede são da responsabilidade dos produtores, não estando previsto regras especiais para zonas periféricas ou de fraca densidade populacional.

Critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis (P4.2.10)

- Onde se lê:

“A comprovação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade será efectuada recorrendo a empresas de auditoria e de verificação, reconhecidas para o efeito junto da Comissão Europeia.”

Deve-se ler:

“A comprovação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade será efectuada recorrendo a empresas de auditoria e de verificação, reconhecidas para o efeito junto da Entidade Coordenadora do Cumprimento dos Critérios de Sustentabilidade, prevista nos artigos 20º e 21º do Decreto-Lei nº 117/2010, de 25 de Outubro.”

Regimes de apoio à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis em aquecimento (P4.4)

Sendo concretizadas, as medidas existentes e referidas no PNAER são suficientes para suportar o previsto no Quadro 12 (pág. 112), nomeadamente, considerando as obrigações previstas relativas à instalação de sistemas solares térmicos, subjacentes aos regimes da microprodução (Decreto-Lei n.º 363/2007) e as exigências do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE).

Apesar da descontinuidade do apoio financeiro dado pelo Estado aos consumidores domésticos foram constituídos novos regimes para apoiar instalações solares térmicas nos municípios, nas IPSSS e nas PME, através de fundos do QREN.

Regimes de apoio à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis em transportes aplicados pelo Estado-Membro ou por um grupo de Estados-Membros (P4.5)

- Quais são as obrigações/objectivos concretos por ano (por combustível ou tecnologia)? Há diferenciação no apoio consoante os tipos de combustível ou as tecnologias? Há algum apoio específico para os biocombustíveis que satisfazem os critérios estabelecidos no n.º 2 do artigo 21.º da directiva?

O novo mecanismo de apoio aos biocombustíveis, constante no Decreto-Lei nº 117/2010, de 25 de Outubro, a vigorar até ao final de 2020, está orientado pelos seguintes princípios gerais:

- Apresentação, por parte das empresas responsáveis pela introdução no consumo de combustíveis, dos títulos de incorporação de biocombustíveis no consumo em quantidade equivalente a uma determinada percentagem de incorporação, em teor energético, a estabelecer para cada ano. Para a emissão destes títulos é condição necessária que o biocombustível correspondente a essa incorporação se encontre certificado quanto ao cumprimento dos critérios de sustentabilidade;
- Existência de mecanismo de apoio à utilização de biocombustíveis produzidos a partir de resíduos, detritos, material celulósico não alimentar e material lenho-celulósico, bem como da utilização de matéria-prima endógena não alimentar, como incentivo ao aparecimento de novas matérias-primas que não exerçam pressão na indústria alimentar. Os biocombustíveis produzidos a partir de matéria-prima agrícola endógena também não deixarão de ser apoiados, desde que, esta seja proveniente de regiões abrangidas pelo Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos da Economia, segundo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2004, de 22 de Janeiro, como forma de apoio ao desenvolvimento rural;
- Manutenção do regime de apoio aos pequenos produtores dedicados.

A não apresentação do número de títulos necessários implica a aplicação de uma compensação monetária.

- Quais são as obrigações/objectivos concretos por ano (por combustível ou tecnologia)?

As obrigações previstas no Decreto-Lei nº 117/2010, de 25 de Outubro, para a introdução no consumo de biocombustíveis são as das seguintes percentagens,

em teor energético, para a globalidade dos combustíveis introduzidos no consumo:

2011 e 2012 – 5%

2013 e 2014 – 5,5%

2015 e 2016 – 7,5 %

2017 e 2018 – 9%

2019 e 2020 – 10%

Nota: Entenda-se a globalidade dos combustíveis como sendo o somatório dos consumos de gasolina, gasóleos (rodoviário e colorido e marcado), gás natural e GPL.

No entanto, entre 2015 e 2020, é fixada uma nova obrigação específica para a introdução no consumo de biocombustíveis substitutos da gasolina em, pelo menos, 2,5%, em teor energético.

Há diferenciação no apoio consoante os tipos de combustível ou as tecnologias?

O apoio consiste na necessidade de apresentação de títulos de incorporação de biocombustíveis, sendo o seu valor majorado pelo valor da compensação a ser paga pela sua não apresentação. Actualmente não existe diferenciação entre combustíveis ou tecnologias, mas prevê-se que em 2015 tal diferenciação possa vir a existir com a entrada em vigor da obrigação de substituição da gasolina por biocombustíveis.

Há algum apoio específico para os biocombustíveis que satisfazem os critérios estabelecidos no n.º 2 do artigo 21.º da directiva?

Para os biocombustíveis que satisfazem os critérios estabelecidos no nº 2 do artigo 21º da directiva, e que cumpram os critérios de sustentabilidade aí fixados, por cada tonelada equivalente de petróleo introduzida no consumo são emitidos 2 títulos de introdução de biocombustíveis no consumo, sendo desta forma, bonificados com o dobro dos títulos relativamente a outros biocombustíveis não bonificados.

Quanto a regimes de apoio ao investimento, algumas tipologias de projectos de produção de biocombustíveis, nomeadamente os projectos de inovação e demonstração tecnológica, são elegíveis ao QREN, nomeadamente ao sistema de incentivos de inovação para projectos de demonstração tecnológica e ao sistema de incentivos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Estes sistemas de incentivos atribuem subsídios que vão desde 35% a 55% das despesas elegíveis, nos termos dos respectivos regulamentos publicados nas Portarias nº 353-B/2009 e nº 353-C/2009, ambas de 3 de Abril.

Abastecimento de biomassa (P4.6.1)

As questões levantadas pela Comissão sobre o abastecimento de biomassa no PNAER (pág. 90 a 96) referem-se:

Quadro 8: As colunas relativas às quantidades “Importadas”, “Exportadas “ e “Quantidade Líquida”, não foram preenchidas por não existirem dados no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural para o seu preenchimento, relativos ao ano de 2006. Actualmente estão a ser montadas plataformas de registo e rotinas de recolha de informação que irão permitir, no futuro próximo (eventualmente já a partir de 2011), tratar e disponibilizar estes dados.

Quadro 7a: Os dados relativos à “Produção de energia primária (ktep)” no que respeita à biomassa da agricultura, referem-se, naturalmente, à energia final contida nos biocombustíveis e não da matéria-prima bruta usada na produção dos mesmos.

Quanto ao recurso à importação de biocombustíveis, deve-se esclarecer o seguinte: Portugal não prevê efectuar importações de biodiesel ou de bioetanol em qualquer dos anos considerados no período 2010-2020. No entanto, irá recorrer a importações de matéria-prima para a produção dos mesmos em território nacional.

Nesse sentido a frase que consta do PNAER pode reescrita para melhor clarificação:

Assim, onde se lê (pág. 95):

“Tendo em consideração a procura de biomassa para os diferentes sectores – Electricidade, A&A e Transportes – é expectável que o país possa satisfazer a maioria das necessidades com recurso à oferta interna de matéria-prima. A única excepção é no sector dos transportes, em particular na produção de biocombustíveis, onde o recurso à importação deverá atingir um valor relativo significativo. Efectivamente, em 2020, estima-se que as importações para esta utilização deverão atingir os 431 ktep, representando mais de 90% da matéria-prima utilizada na produção de biocombustíveis. Em termos globais, no entanto, as importações não deverão representar muito mais de 10% das necessidades de biomassa, estimando-se um valor de 11% para 2020.”

Deve ler-se:

“Tendo em consideração a procura de biomassa para os diferentes sectores – Electricidade, A&A e Transportes – é expectável que o país possa satisfazer a maioria das necessidades com recurso à oferta interna de matéria-prima. A única excepção é no sector dos transportes, em particular nos biocombustíveis, onde o recurso à importação de matéria-prima para a sua produção deverá atingir um valor relativo significativo. Efectivamente, em 2020, estima-se que as importações para esta utilização devem representar mais de 90% da matéria-prima utilizada na produção de 431 ktep de biocombustíveis. Em termos globais, no entanto, as importações não representarão muito mais de 10% das necessidades de biomassa, estimando-se um valor de 11% para 2020.

QUADRO 13 (P5.1)

Este quadro da página 120, ao não referir importações de biocombustíveis, não é contraditório com o que foi referido no Ponto 4.6.1 do PNAER, como atrás se explicou. Não há importações de biocombustíveis, mas tão-somente das suas matérias-primas.